

ESTUDO SOBRE LIVRO DIDÁTICO: PROCESSO ATUAL?

Lucas Dominguni

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC)

RESUMO

O presente artigo explicita justificativas para argumentar que debates a respeito do livro didático possuem relevância. No momento em que o Governo Federal expande os programas de distribuição dos livros didáticos é fundamental compreender o seu papel na escola. Parte-se do pressuposto que o livro didático é uma ferramenta didática onde encontram estruturados os conhecimentos a serem transmitidos às novas gerações. Esses conhecimentos são encontrados no livro na forma de conteúdos de ensino. Para relevar a importância desse debate, o texto oferece argumentos para ressaltar que os estudos sobre o livro não estão afastados do atual contexto histórico e, por isso, sofre implicações diretas ou indiretas da ideologia dominante. O objetivo é apresentar fatores que salientam a relevância de tal estudo na atual forma de sociabilidade. Destaca-se nesse texto fatores de ordem econômica, político-ideológica e pedagógica.

Palavras-Chave: Livro didático. Pesquisa. Capitalismo.

ABSTRACT

This article spells out reasons for arguing that debates about the textbook have relevance. The moment that the Federal Government expands software distribution of textbooks is essential to understand their role in school. It starts from the assumption that the textbook is a teaching tool where are structured knowledge to be transmitted to younger generations. This knowledge is found in the book in the form of teaching contents. To reveal the importance of this debate, the paper offers arguments to emphasize that studies on the book are not removed from the present historical context and therefore suffers direct or indirect implications of the dominant ideology. The aim is to present factors that underline the relevance of such study in the current form of sociability. Outstanding feature of this text factors of economic, political, ideological and pedagogical.

Key words: Textbook. Research. Capitalism.

O Livro Didático como Objeto de Pesquisa

Desde que instruídos no ensino regular, os livros didáticos tornaram-se objetos de pesquisa. Porém, foi a partir da década de 1980 que o livro didático passou a ser um objeto de pesquisa científica com maior intensidade. Artigos, publicações e obras enfocaram o papel do livro didático ao longo da história e na atual sociedade. Destaca-se aqui os trabalhos sobre a história do livro didático de Pfromm Netto, Dib e Rosamilha (1974); os estudos a respeito da política pública do livro didático de Oliveira, Guimarães e Bomény (1985) e Freitag, Motta e Costa (1989); as pesquisas acerca da ideologia presente nessas obras, produzidas por Faria (1986) e Molina (1987); e os estudos sobre a ciência no livro didático, efetuados por Pretto (1985), que se tornaram suporte para pesquisas posteriores.

Nos últimos anos, percebemos que o livro didático vem se tornando uma ferramenta indispensável no processo de ensino-aprendizagem, tanto que o Governo Federal lançou vários programas com o objetivo de difundi-lo para todos os alunos de escolas públicas do país¹. Trata-se do maior programa mundial, segundo Bittencourt (2003), em termos de investimentos e de distribuição de livros, de forma gratuita, para uma rede de educação pública de um país. Esses novos programas, que investem cifras milionárias na educação, têm despertado novamente interesses em estudos a respeito do livro didático.

A forte presença desta ferramenta didática na educação pública nacional faz com que seja necessário localizar qualquer pesquisa sobre livro didático no contexto histórico. Assim, busca-se neste artigo apresentar justificativas para explanar a importância de pesquisas sobre a história e o papel do livro didático na educação pública, no momento em que se acentuam os programas de distribuição do livro didático do Governo Federal.

Parte-se do pressuposto de que o livro é um dos materiais em que se encontram estruturados os conhecimentos a serem transmitidos às novas gerações. A partir disso, o presente texto oferece argumentos para explicitar que os estudos

¹ Atualmente, o Governo Federal, através do MEC, está distribuindo livros para toda a educação básica pública nacional através do Programa Nacional do Livro de Alfabetização (PNLA) destinado as séries iniciais do Ensino Fundamental, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), destinado as séries finais do Ensino Fundamental, e o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM), destinado ao Ensino Médio.

sobre o mesmo não estão afastados do atual contexto histórico. Para demonstrar a relevância de tal tema na atualidade, apresentam-se motivos de ordem econômica, político-ideológica e pedagógica sobre o livro didático.

Para a discussão do tema é necessário antes demonstrar a concepção de sociedade, formação humana e educação aqui compreendida para, na sequência, tecer considerações a respeito do livro didático nesse contexto.

A educação na sociedade capitalista

O homem é um ser social e tem sua vida determinada pela forma de organização do modo de produção que garante sua reprodução. Esta, por sua vez, é preponderantemente condicionada pela relação social estabelecida com os meios de produção, isto é, pelos modos de propriedade. A organização social é dinâmica e produto das ações humanas. Bhaskar (1979, p. 46), ao analisar a condição da existência da sociedade, afirma que ela “é tanto a *condição* (causa material) sempre presente como o *resultado* continuamente reproduzido da ação humana” (grifo do original).

A gênese desse processo encontra-se no ato de transformar a natureza para adequá-la às necessidades de sobrevivência, portanto, da própria existência do ser humano: o ato do trabalho. É por meio deste e neste que o homem transforma a natureza e a si mesmo. Nesse processo também se encontra a gênese das atividades humanas. Para a execução das mesmas é necessário a apropriação, maior possível, das determinações reais concretas presentes em determinado momento histórico, bem como de todo o conhecimento historicamente desenvolvido pelas gerações anteriores (LUKÁCS, 1981; 2004). Aí está imbricado o processo de educação.

Lukács (2004) afirma que o trabalho é a categoria ontologicamente fundante do ser social – o processo de transformar a natureza e garantir os meios de produção e reprodução da sua vida. Para isso, necessita-se apropriar do conjunto de conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua história. A partir desse pensamento, Tonet (2005, p. 212-213) nos apresenta uma decorrência para a educação:

Sendo o trabalho, por sua própria natureza, uma atividade social, ainda que em determinados momentos possa ser realizado isoladamente, sua efetivação implica, por parte do indivíduo, na **apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc.**, comuns ao grupo. Somente assim o ato do trabalho poderá se realizar. *(grifo nosso)*

Dessa forma, torna-se imprescindível ao ser social apropriar-se de conhecimento, dos valores, hábitos, comportamentos e instrumentos desenvolvidos pela humanidade. Ao contrário dos animais, cuja gama de hábitos e habilidades lhe é dada por herança genética, o homem necessita incorporar essas objetivações por um processo histórico-social. Segundo Lukács (1981, p. 152), “na educação dos homens, ao contrário, o essencial consiste em torná-los aptos a reagir adequadamente aos acontecimentos e situações imprevisíveis, novos, que se apresentarão mais tarde em sua vida.” Para Leontiev (2004, p.275),

O processo de apropriação efetua-se no decurso do desenvolvimento de relações reais do *sujeito* com o mundo. Relações que não dependem nem do sujeito nem da sua consciência, mas são determinadas pelas condições históricas concretas, sociais, nas quais ele vive, e pela maneira como a sua vida se forma nessas condições (grifo do original).

O autor mostra que o processo educativo apresenta condições históricas e sociais como norteadoras do processo de ensino-aprendizagem. Em qualquer sociedade, na história da humanidade, as questões de luta de classe sempre estiveram presentes e tanto direcionam como condicionam este processo. Para Duarte (1993, p. 35),

O homem se apropria da natureza objetivando-se nela para inserí-la em sua atividade social. Sem apropriação da natureza não haveria a criação da realidade humana, não haveria a objetivação. Sem objetivar-se através de sua atividade o homem não pode se apropriar de forma humana da natureza.

Assim, a educação é um fenômeno próprio do ser humano, processo pelo qual o homem busca compreender as manifestações naturais para poder agir sobre a natureza e maneira intencional. Enquanto os animais se adaptam às condições naturais, o ser humano adapta a natureza as suas necessidades. Neste processo de

transformação, o homem busca extrair os meios para sua sobrevivência. Sendo assim, a educação é uma exigência do próprio ato do trabalho.

A complexidade da sociabilidade exige a educação para garantir produção e reprodução da sua vida. Saviani (2008, p.13) define a atividade educativa como “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

A educação está engendrada na totalidade social e é condicionada pelo momento predominante da organização social vigente. A autoconstrução do indivíduo, dessa forma, estará sempre condicionada a tal totalidade, como destaca Tonet (2005, p. 215):

O processo de autoconstrução do indivíduo como indivíduo humano, bem como as suas reações diante de novos problemas e acontecimentos, novas e imprevisíveis situações, não terá como pólo norteador o próprio indivíduo nem aqueles que atuam diretamente na dimensão educativa, mas a concreta totalidade social, cuja **matriz é a economia**. (*grifo nosso*).

A atual forma de sociabilidade capitalista é dividida essencialmente em duas classes: a classe burguesa e a classe trabalhadora. A classe burguesa tem origem e reprodução baseadas na exploração da força de trabalho da classe trabalhadora. Busca produzir o máximo possível de mercadorias e produtos, com um único intuito de aumento de capital. Essa classe apresenta interesse comum – explorar a força de trabalho a todo custo e reproduzir a forma de sociabilidade vigente: o capitalismo. À classe operária, não possuidora dos meios de produção, resta apenas a comercialização de mão-de-obra; força de trabalho aos capitalistas (TONET, 2005b). Isso gera implicações no processo de apropriação de conhecimentos, na educação.

Percebe-se que o capitalismo produz um crescente movimento de controle, no que diz respeito às questões teóricas da pesquisa, principalmente no campo educacional. Segundo Moraes (2007), as atuais políticas educacionais por um lado orientam a formação de um docente com um saber tácito, mínimo e superficial; por outro, criam em torno desse conhecimento um relativismo, baseados nos fatores sociais, históricos, contextuais e conjecturais etc., justificando através destes o não-caráter objetivo do mesmo. A autora, em referência a Medeiros (2004), ressalta essa idéia demonstrando que

O conhecimento textual e a realidade em si são nominalmente afastadas e entre elas se interpõe um abismo. Nessas circunstâncias, as teorias são vistas como meros discursos a respeito do mundo, formas de expressão desprovidas de qualquer estatuto ontológico privilegiado ou, mais diretamente, como construtos, jogos de linguagem incomensuráveis e sem sujeitos. Toda crença, científica ou não, seria apenas uma descrição particular, culturalmente determinada, de um modo efetivamente insondável. (MORAES, 2007, p. 4).

Esse movimento é caracterizado pelo o que autora denomina “recuo da teoria” – um esvaziamento dos conhecimentos que se dá pela redefinição das políticas públicas, pela convicção da falência da razão moderna, a resignação de conceitos e pelo estabelecimento da cultura como palco de atuação dos atores sociais. Essas concepções educacionais deslocam o conhecimento da centralidade da educação.

Duarte (1998, p. 89) explicita a necessidade de se trabalhar em favor de concepções pedagógicas que apresentem um posicionamento positivo perante o ato de ensinar. Tal conceito contribui para demonstrar que a sociedade é factível a transformações. Em contrapartida, devemos nos posicionar contra teorias² cujo objetivo é demonstrar que “não há possibilidade de se realizar um trabalho no interior da escola que não tenha como resultado objetivo, independentemente das intenções dos educadores, a reprodução da divisão social do trabalho, isto é, das relações sociais de dominação”. Essas teorias acabam deslocando a transmissão do conhecimento como centralidade da educação em favor da conquista intelectual do aluno, descaracterizando o processo de ensino.

Faria (1986, p. 8), ao analisar a ideologia presente em livros didáticos do Ensino Fundamental, alerta para o fato de que

A educação na sociedade capitalista tem a escola como um dos instrumentos de sua dominação, cujo papel é o de reproduzir a sociedade burguesa, através da inculcação da sua ideologia e do credenciamento, que

² Concepções educativas relativas ao lema “aprender a aprender”, cujo foco está na desvalorização da transmissão do saber objetivo, na diluição do papel da escola de transmitir esse saber, na descaracterização da atividade docente como alguém que detém um conhecimento a ser transmitido a seus alunos, na própria negação do ato de ensinar. Essas concepções são utilizadas como ferramentas de dominação ideológicas pela classe dominante, com o intuito de esvaziar a educação destinada à maioria da população (DUARTE, 2006).

permite a hierarquia na produção, o que garante maior controle do processo pela classe dominante.

Observa-se como tendência na educação básica nacional um direcionamento dos alunos das classes média e alta para as escolas particulares, enquanto as classes economicamente menos favorecidas destinam seus alunos para as escolas públicas. Essa divisão, contudo, não se nota somente na instituição de ensino, mas também nos conhecimentos a serem apropriados: “à classe burguesa a instrução para governar e à classe trabalhadora a educação para o trabalho” (GADOTTI, 2005, p. 110).

A educação constituiu-se, então, desde o princípio da sociedade capitalista como uma entidade que visa a construir uma classe trabalhadora que contenha um mínimo de conhecimento para poder controlar os meios de produção. Noutra viés, vê-se a educação que não transmite conhecimentos de forma aprofundada, impossibilitando de se enxergar a condição de exploração e de lutar por uma sociedade liberta das condições de dominação de classe.

Mészáros (2007, p. 201) afirma a necessidade de uma *Educação para Além do Capital*. Para o autor, os profissionais da educação devem “perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido do capital, com todos os meios possíveis, [incluindo a educação,] bem como todos os meios ainda a ser inventados e que tenham o mesmo espírito”. Devemos rescindir, dessa forma, com a educação que objetiva reproduzir a atual forma de sociabilidade em busca de uma sociedade livre das condições de classe.

Possíveis implicações para o estudo do livro didático

Compreendida a forma como se estruturam a educação e as implicações produzidas pela sociedade capitalista sobre a primeira, passemos a discutir como o livro didático pode servir de ferramenta burguesa para a conservação do atual modo de sociabilidade. Destaca-se alguns fatores que devem ser lembrados ao analisar o livro didático, para que este realmente seja uma ferramenta que permita ao aluno

apropriar-se do conhecimento e a fim de que ele possa se posicionar perante a sociedade. Segundo Bittencourt (2003, p. 5),

As pesquisas e reflexões sobre o livro didático permitem apreendê-lo em sua complexidade. Apesar de ser um objeto bastante familiar e de fácil identificação, é praticamente impossível defini-lo. Pode-se constatar que o livro didático assume ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. Por ser um objeto de “múltiplas facetas”, o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica de mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais.

Santos (2006, p. 51), ao procurar estabelecer critérios para escolha e seleção de livros didáticos de Química, ressalta que, “ao analisar o livro didático, visando estabelecer suas funções, percebe-se que existem três vertentes que devem ser consideradas: a pedagógica, a político-ideológica e a econômica”. Verifica-se que os estudos sobre o livro didático o abordam a partir de implicações de ordem econômica, político-ideológica e pedagógica. Nossa apresentação far-se-á a partir de tais fatores.

Compreende-se o livro didático como um dos recursos didáticos no qual se apresentam os conteúdos de forma sistematizada, para serem trabalhados pelas disciplinas escolares, separadamente. O material representa, no contexto da educação formal, uma ferramenta de grande potencial do processo de ensino-aprendizagem; um orientador das práticas pedagógicas. Considera-se o livro didático como “parte do arsenal de instrumentos que compõem a instituição escolar, parte esta, por sua vez, da política educacional, que se insere num contexto histórico e social” (OLIVEIRA; GUIMARÃES; BOMÉNY, 1984, p. 111).

Para Molina (1987, p. 17), o livro didático é “uma obra escrita (ou organizada, como acontece tantas vezes) com finalidade específica de ser utilizada numa situação didática, o que a torna, em geral, anômala em outras situações”.

Segundo o MEC (BRASIL, 2008, p. 5), o livro didático tem função, além de pedagógica, social, ao contribuir para a qualidade da educação brasileira e

promover, assim, a inclusão social dos alunos que, devido a motivos econômico-financeiros, não têm acesso ao material.

No mundo atual, caracterizado pela diversidade de recursos direcionados ao aperfeiçoamento da prática pedagógica, o livro didático ainda se apresenta como eficaz instrumento de trabalho para a atividade docente e para a aprendizagem dos alunos. O acesso a esse instrumento contribui para a qualidade da educação básica, além de promover a inclusão social.

Portanto, a função do livro didático é contribuir para o processo de ensino-aprendizagem como um suporte didático que visa a facilitar a transmissão de conhecimentos e auxiliar a apropriação destes pelos alunos.

Apresentada a função do livro didático, destaca-se agora a sua função mercadológica dentro da sociedade capitalista. Ele pode ser compreendido como um objeto de consumo, em que custos, benefícios e acesso estão restritos a ordem de cunho econômico-financeiro. Segundo a Fundação João Pinheiro, em 1998 aproximadamente 64% da produção de livros no Brasil foram do setor didático, seguido por 17% de obras em geral e 14% de livros religiosos. Mesmo assim, são poucas as produções teóricas que abordam a questão econômica que envolve os livros didáticos (CARVALHO, 2008).

Santos (2006) alerta que, quando os alunos necessitam adquirir o livro, muitos professores acabam – no momento de sua seleção – dando um peso maior para questões gráficas e de preço, em detrimento à proposta pedagógica em si. Gráficas, por tornar o livro mais atraente ao aluno e assim promover sua utilização com mais frequência; e de preço, para facilitar a aquisição pelos pais.

Na educação pública, segundo Freitag, Costa e Motta (1989, p. 11), a história do livro didático no Brasil “não passa de uma seqüência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade”. As políticas públicas voltadas para a divulgação e distribuição de obras didáticas iniciam-se em 1938, a partir do decreto-lei 1.006.

Santos (2006, p. 57) destaca que a partir de 1970, o Governo Federal adotou como política a distribuição de livros didáticos, sendo “um negócio bastante lucrativo

para as editoras, pois elas recebem uma parcela do pagamento adiantada, produzem os livros e têm a compra garantida pelo estado”.

Em 1996, o Governo Federal lançou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que visa à aquisição e distribuição de livros de forma contínua para alunos do ensino fundamental público. Em 2004, iniciou-se a distribuição de livros didáticos para o ensino médio, gradativamente, para todas as áreas de conhecimento.

Durante este ano, segundo dados do FNDE, o Governo Federal planeja gastar a cifra de R\$ 700 milhões para aquisição de mais de 43 milhões de livros, a serem distribuídos de forma gratuita para os alunos da rede pública nacional. Isso leva as editoras a uma verdadeira corrida marqueteira que visa à divulgação, através de propaganda, e à distribuição gratuita de obras aos professores, com interesse primordialmente comercial.

Molina (1987, p. 20) enfatiza que “a atração exercida por um tal mercado pode levar à produção, por vezes, de livros destinados antes a gerar lucros imediatos, em lugar de serem frutos de uma preocupação maior com os objetivos primeiros da obra didática”. Essa assertiva demonstra que, em uma sociedade regida pelo lucro imediato, as editoras podem estar deixando de lado a verdadeira função do livro didático – instrumento de transmissão do conhecimento humano para os alunos – em favor do aumento de seu capital.

Sobre o foco do aspecto político-ideológico do livro didático, Faria (1986, p. 77), na análise livros didáticos da década de 1980, enfatizava que estes contribuíam para justificar e manter a realidade e, por conseqüência, reproduzi-la, pois o material encontra-se descolado da realidade e não demonstra a condição de classes na qual a sociedade atual se molda.

O livro sistematiza a ideologia burguesa, amortiza o conflito realidade x discurso, dizendo que o verdadeiro é o segundo. Desta forma, diz que sua experiência é errada e desde que se esforce, estude, subirá na vida. Assim, o livro didático contribui para a reprodução da classe operária, porém, de posse da ideologia burguesa, portanto, conformista e passiva.

Nesse aspecto, conforme citado acima a partir de Moraes (2007), parece que o critério de verdade situado no discurso ainda acontece. A pedagogia produzida a

partir dessa ideologia no livro didático, Saviani (2007) denomina como Pedagogia da Exclusão. O autor ressalta que, no atual desenvolvimento da sociedade capitalista, não existe emprego para todos. Assim, os trabalhadores buscam cada vez mais conhecimentos por meio da educação, visando a ser mais empregáveis e escapando da condição de excluídos. Caso o trabalhador não consiga emprego formal, ainda existe a possibilidade de se tornar um pequeno empresário ou trabalhador autônomo. Se nenhuma dessas opções for atingida, o sistema coloca a culpa no trabalhador, pois não foi o capitalismo que o afastou, mas suas limitações. O capitalismo lhe deu oportunidade e, se não a aproveitou, a culpa deve cair sobre o cidadão e não sobre o sistema. É esta a ideologia impregnada na educação atual.

Segundo Nosella (1981), nas sociedade capitalistas as escolas desempenham um papel, embora não exclusivamente, de incumbir a ideologia dominante e o livro didático é um meio de vincular essa ideologia.

Não se trata de uma questão contemporânea, pois desde a introdução dos programas de distribuição de livros didáticos, no período do Estado Novo, os mesmos já apresentavam questões ideológicas conforme apontam as análises de Freitag, Costa e Motta (1989).

Oliveira, Guimarães e Bomény (1984, p. 11) destacam a importância política e cultural do livro didático “na medida em que reproduz e representa os valores da sociedade em relação a sua visão da ciência, da história, da interpretação dos fatos e do próprio processo de transmissão do conhecimento”.

Na sociedade capitalista, a classe burguesa detém as idéias dominantes busca impregnar sua ideologia na sociedade, utilizando-se inclusive do livro didático. Com a intenção de controlar a transmissão de conhecimentos para a classe operária, acabam por reforçar a cisão entre estes e a realidade posta. Os conhecimentos são desviados em direção aos seus interesses. Aspectos históricos, filosóficos e culturais a respeito da produção do conhecimento sofrem interferência direta desta ideologia, o que traz consequências para as questões teórico-pedagógicas.

No terceiro ponto da discussão, chega-se a questão pedagógica. Dentre as funções pedagógicas do livro didático, destaca-se a transmissão do conhecimento. Conhecimentos estes que são controlados pela ideologia dominante. Tonet (2005) destaca que um dos requisitos básicos para uma atividade educativa que visa à

emancipação humana das condições de exploração de classe é o domínio dos conhecimentos específicos. Não basta apenas um conhecimento tácito, é necessária a assimilação do mais alto conhecimento possível em cada área, pelos nossos alunos. Para tal, os mesmos precisam apropriar-se do mais vasto campo possível de conhecimentos já desenvolvidos pela humanidade.

Segundo Chevallard (1991), os conteúdos a serem transferidos para o livro didático sofrem um processo de adaptação; uma transmutação do conhecimento científico para conhecimento escolar, onde uma nova linguagem, mais próxima da utilizada pelos alunos, é empregada para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Esse processo de adaptabilidade do conhecimento científico em conhecimento escolar é denominado *transposição didática*.

Segundo Domingui (2008), entre o conhecimento desenvolvido pelas várias áreas da ciência e o conhecimento ensinado em sala de aula existe uma mediação que “molda” e o transforma em conteúdo a ser transmitido aos alunos. Um conhecimento dado como necessário para as novas gerações sofre um conjunto de transformações denominadas por Chevallard (1991) de transposição didática e tornam-se objetos de ensino.

Trata-se da adaptabilidade do conhecimento científico para o conhecimento escolar, efetivamente disponibilizado para apropriação por parte do aluno. No livro didático, a transposição didática manifesta-se de maneira mais explícita, uma vez que nestes manuais estão os conhecimentos a serem ensinados; o saber a ensinar. Negar ou ignorar a transposição didática nos livros é conceber que a informação ali presente é uma reprodução fiel de todos os conhecimentos desenvolvidos pela ciência ou outras áreas do conhecimento, o que não é uma verdade.

Pfromm Netto, Dib e Rosamilha (1974, p. 108) destacam a necessidade de uma linguagem no livro didático de ciências mais próximo ao aluno. “Este é um requisito importante, pois a linguagem difícil, além de perturbar a compreensão, pode até colaborar para criar aversão pelo estudo de Ciências e pelas leituras de caráter científico”. Porém, o que se percebe é que, durante o processo de transposição didática, ocorre um esvaziamento do conhecimento alertado por Moraes (2007). Com o objetivo de se gerar uma informação tácita, mínima à classe operária, os conteúdos ao serem transformados em saber escolar sofrem uma perda

relativa, no que se refere à real gama de fenômenos possíveis que tais conhecimentos realmente podem vir a explicar. Tal fato se reflete principalmente na forma de abordagem dos mesmos, contrários ao que Pfromm Netto, Dib e Rosamilha (1974) afirmam na seqüência: a linguagem científica deve ser incluída em momento oportuno, de acordo com as possibilidades intelectuais do aluno, de modo que possa refletir sobre os aspectos e significados reais da ciência e, assim, poder incorporar os seus avanços.

Uma educação que tenha por objetivo auxiliar no processo de emancipação humana deverá ter como finalidade a “socialização do conhecimento já acumulado historicamente pela humanidade, visando a que esse conhecimento seja utilizado pelos educandos no processo de transformação da realidade que eles vivem” (DUARTE, 1987, p. 11). Dessa forma, precis-se garantir que o livro didático contenha não um conhecimento implícito, mas abordagens o mais profundas e avançadas possível para que, ao apropriar-se delas, o estudante possa garantir a produção e reprodução de sua vida e, durante esse processo, poder se posicionar de forma consciente perante os episódios que lhe surgirem.

Para encerrar...

Na sociedade regida pelo capitalismo, o livro didático é uma ferramenta que apresenta grande influência no ensino-aprendizagem – processo utilizado pelos professores para ministrar e planejar as aulas. Compreender a forma como está estruturado aquele material, nos auxilia a entender os caminhos que a educação trilha, imersa nessa ideologia dominante.

O livro didático está presente em todo o conjunto escolar, assim como nas ideologias que englobam a totalidade social. É uma das principais fontes de conhecimento e, associado às informações previamente obtidas pelo professor durante sua formação escolar ou atuação profissional, compõe grande parte do material de ensino que o educador utiliza para proferir a aula. Os educadores usam

os livros didáticos como recurso na orientação das atividades em sala de aula³, no que se refere à seleção e adaptação dos conteúdos e, por consequência, às demais ações pedagógicas.

Em relação aos aspectos ideológicos, Faria (1986) destaca que aquele material está impregnado no processo de educação e aprendizado. A autora já se questionava sobre a possibilidade de se desenvolver um livro didático que expressasse a verdade sobre a sociedade dividida em classes. Porém, como ela mesma defende, nota-se incapaz, dentro de um conjunto de indivíduos que convivem sob diferentes aspectos sociais, se elaborar um livro que não se posicione a favor ou contra o atual modelo. Então, enquanto o “livro neutro” não existe, faz-se necessário sabermos utilizar o vigente, localizando suas ideologias e reelaborando-as em favor de sua classe.

Na questão econômica, percebemos que cada vez mais se acentua o descrito por Molina (1987, p. 24), em que “quem edita mais divulga mais e, com isso, forma-se um círculo vicioso: as editoras mais poderosas exercem maior pressão sobre os professores (pela distribuição de exemplares gratuitos e pela propaganda maciça)”. Assim, segundo a autora, o professor não preparado para fazer uma escolha criteriosa do livro didático acaba fascinado pelas atividades de marketing e, dessa forma, deixa questões pedagógicas importantes de lado.

Por fim, no que se refere ao conhecimento contido no livro didático, devemos garantir que os conteúdos não se apresentem de forma defasada e esvaziada, mas que nutram uma completa apropriação pelos nossos alunos. Desta maneira, respondemos nosso questionamento inicial com um sim, pois devemos garantir que o livro didático não seja um mero artigo de venda – com funções apenas mercadológicas –, tão pouco um disseminador da ideologia dominante ou um portador de conhecimento secreto. Deve propagar-se como uma verdadeira ferramenta a ser utilizada pelos alunos e professores durante o processo de ensino-aprendizagem. Afirm-se aqui a nossa preocupação com o ensino público deste país, em que a grande maioria de seus alunos só tem acesso ao livro didático quando fornecido gratuitamente pela escola. Por isso, devemos analisar, a cada novo

³ Observando o cotidiano da escola, percebemos que o livro didático se configura como o principal e em algumas vezes único instrumento para seleção e organização dos conteúdos.

programa do MEC, a cada nova reimpressão por parte das editoras e a cada substituição, os livros didáticos ofertados para os estudantes das escolas públicas.

Referências

BHASKAR, R. Societies. In: **The possibility of naturalism**. Brighton: The Harvester Press, 1979.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa**. v. 30, n. 3. São Paulo: Set/2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. **Física**: catálogo do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM 2009. Brasília: MEC, 2008.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de. Políticas públicas e o livro didático de matemática. **Bolema**. Ano 21, n. 29: pp.1-11. Rio Claro: abr. 2008.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique**: du savoir savant au savoir enseigné. La Pensée Sauvage Éditions: Grenoble, 1991.

DOMINGUINI, Lucas. A transposição didática como intermediadora entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar. **RECE: Revista Eletrônica de Ciências da Educação**. v.7, p.1 - 16, 2008.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 1. ed. Campinas, SP: Editores Associados, 1993.

_____. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas das apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 4. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1986.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

LEONTIEV, Alexix. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LUKÁCS, György. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981. Vol. II, liv. I.

_____. **Ontologia del ser social: el trabajo.** 1. ed. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MEDEIROS, João Leonardo. **Sete teses sobre o mundo social (e sobre o conhecimento deste mundo).** IN: A economia diante do horror econômico. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MOLINA, Olga. **Quem engana quem? Professor x livro didático.** Campinas, Papirus, 1987.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Indagações sobre o conhecimento no campo da educação.** Mimeo (texto base para mini-curso do GT-17). 30a. Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2007.

NOSELLA, M. L. C. D. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos.** São Paulo: Moraes, 1981.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sônia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. **A política do livro didático.** São Paulo: Sammus, 1984.

PFROMM NETTO, Samuel; DIB, Claudio Zaki; ROSAMILHA, Nelson. **O livro na educação.** Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

PRETTO, Nelson de Luca. **A ciência nos livros didáticos.** Campinas-SP: Ed. da UNICAMP; Salvador: CED/UFBA, 1985.

SANTOS, Sandra Maria de Oliveira. **Critérios para avaliação de livros didáticos de química para o ensino médio.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências – Universidade de Brasília.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

_____. **Marxismo para o século XXI.** IN: TONET, Ivo. *Em defesa do futuro.* Maceió: EDUFAL, 2005b.

